
O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - HUGO ROTHSCHILD - Feitos os registros, nós ouviremos, para o encerramento desta sessão solene, as considerações finais do deputado estadual Delegado Olim.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eu quero só agradecer ao Conacre, a toda diretoria. Eu, como filho de portugueses, avós, só tenho a agradecer. Somos todos irmãos e, aqui, esta Casa é de vocês. Muito obrigado, eu acho que é um dos eventos...

Eu faço muito a Segurança Pública aqui, muito. Eventos da Segurança Pública, principalmente da Polícia Civil, mas esta é uma das homenagens que, pode ter certeza, estará lá na minha sala, ao lado do meu gabinete, ao lado do meu coração.

Muito obrigado, viu. (Palmas.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - HUGO ROTHSCHILD - Deputado Olim agora reassume a presidência da Mesa para as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Senhoras e senhores, só para terminar aqui agora. Esgotado o objeto da presente sessão, eu agradeço às autoridades, às minhas equipes, aos funcionários do serviço de som, da taquigrafia, da fotografia, do serviços de atas, do Cerimonial, da Secretaria Geral Parlamentar, da imprensa da Casa, da TV Alesp, que está ao vivo aí, quero agradecer também; das Assessorias da Polícia Militar e da Polícia Civil aqui presentes, bem como a todos que, com as suas presenças, colaboraram para o pleno êxito desta solenidade. (Palmas.)

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 15 minutos.

20 DE SETEMBRO DE 2023 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, MAJOR MECCA, GIL DINIZ e GILMACI SANTOS

Secretaria: MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS e PAULO FIORILO

RESUMO
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - MAJOR MECCA Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - MAJOR MECCA Assume a Presidência.</p> <p>4 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - PRESIDENTE MAJOR MECCA Convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas. Convoca reunião conjunta das Comissões de Educação e Cultura, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas. Convoca reunião conjunta das Comissões de Saúde, e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas.</p> <p>6 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - FABIANA BARROSO Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>8 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>9 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>10 - DONATO Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>11 - VITÃO DO CACHORRÃO Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>12 - SIMÃO PEDRO Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>13 - PRESIDENTE MAJOR MECCA Cumprimenta Brandi Alduk e outras lideranças sindicais presentes nas galerias.</p> <p>14 - GUILHERME CORTEZ Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>GRANDE EXPEDIENTE</p> <p>15 - PRESIDENTE MAJOR MECCA Cumprimenta a vereadora de Batatais, Gabriela Arantes, presente nas galerias.</p> <p>16 - EDUARDO SUPLICY Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>17 - SOLANGE FREITAS Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>18 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>19 - GIL DINIZ Assume a Presidência.</p> <p>20 - MAJOR MECCA Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>21 - MAJOR MECCA Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.</p> <p>22 - PRESIDENTE GIL DINIZ Defere o pedido e suspende a sessão às 15h43min</p> <p>ORDEM DO DIA</p> <p>23 - GILMACI SANTOS Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.</p> <p>24 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS Solicita verificação de presença.</p> <p>25 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Defere o pedido. Determina que seja realizada a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum. Coloca em votação e declara aprovados, separadamente, os requerimentos, de criação de comissão de representação dos deputados: Gil Diniz, com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no "CPAC (Conservative Political Action Conference)", em Belo Horizonte, entre os dias 22 e 25/09; e Maurici, com a finalidade de participar da "Conferência Internacional Parlamentar Rússia - América Latina", organizada pelo Senado Russo - Duma, em Moscou, no período entre 29/09 e 02/10. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.</p> <p>26 - PAULO FIORILO Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>27 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Anota o pedido. Cumprimenta o vereador Albecyr Pedro da Silva, de Castilho, presente no plenário.</p> <p>28 - GIL DINIZ Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>29 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Defere o pedido do deputado Paulo Fiorilo. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/09, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 55 minutos. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis. (Pausa.) Com a palavra a deputada Leci Brandão. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Solange Freitas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Caio França. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Vinicius Camarinha. (Pausa.) Com a palavra o deputado Emídio de Souza. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sahnô. (Pausa.) Com a palavra o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Elton. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Alesp, pelas redes sociais. Há muitos anos, há tempos que os policiais do estado de São Paulo estão exauridos, física e psicologicamente.

O que mais se ouve dentro dos nossos quartéis é que a tropa está doente. É por conta dessa demanda que trabalhamos, desde 2021, o Projeto de lei 211, que estabelece a inspeção anual de saúde mental para os integrantes das polícias do estado de São Paulo.

Os números de policiais que praticam suicídio no nosso Estado são alarmantes. Somente esse ano, em 2023, são 26 suicídios de policiais militares, ou seja, 3 policiais militares por mês que tiram a própria vida em decorrência da exaustão física e psicológica empenhada na atividade operacional.

Senhores, imaginem um profissional que trabalha em média, por dia, 14 horas. Um policial que, dos 30 dias do mês, trabalha todos os dias, ou seja, trabalha os 30 dias.

Por qual motivo? O policial, para que ele possa dar sustento à sua família, ele precisa complementar a sua renda e trabalhar no seu horário de folga e, infelizmente, o que foi estabelecido pelo governo do estado de São Paulo há muitos anos, ao invés de investir na Segurança Pública, valorizar os seus policiais, o governo resolveu em comprar a folga desses operadores.

E o policial hoje, para que ele possa dar sustento à sua família, ele precisa vender o seu horário de folga e continuar no mesmo nível de estresse físico e psicológico do seu dia de serviço e trabalhar na Dejem, trabalhar na operação delegada e buscar, dessa forma, empenhando a sua saúde, suprir o déficit de policiais no nosso Estado

Hoje o déficit de policiais, o claro de policiais, é o maior da história da polícia. A Polícia Militar, que vai completar 200 anos com seus homens servindo o povo do estado de São Paulo, hoje tem o maior déficit da sua história. O nosso efetivo que, há dez anos, era de 94 mil homens, hoje está por volta de 70 mil homens.

A Polícia Civil tem um claro enorme de delegados, investigadores de polícia, escrivães, chegando ao ponto de não ter efetivo para manter uma delegacia de polícia aberta. E esses homens acabam trabalhando por cinco, seis operadores, e essa fadiga física e mental é enorme.

Então o Projeto de Lei nº 211, que foi aprovado hoje, por unanimidade do voto dos deputados e deputadas pertencentes àquela comissão a qual eu presido, o Projeto de Lei nº 211 foi aprovado e segue nas demais comissões, para que nós possamos trazer a este plenário, discutí-lo e aprová-lo.

Tudo isso em nome da saúde de homens e mulheres que estão derramando seu sangue para defender o povo do nosso Estado e nós, todos nós parlamentares. O governo do Estado deve essa atenção aos nossos policiais.

Muito obrigado pela tolerância do tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Com a palavra a deputada Professora Bebel. (Pausa.) Com a palavra a deputada Carla Morando. (Pausa.) Passo a palavra para o deputado Mecca continuar presidindo essa sessão.

- Assume a Presidência o deputado Major Mecca.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Uma boa tarde a todos que nos acompanham pela TV Alesp, pelas redes sociais. Vai fazer uso da tribuna o deputado Carlos Giannazi. Tem cinco minutos regimentais para o uso da palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Deputado Mecca, Srs. Deputados e Deputadas, deputada Paula da Bancada Feminista, deputado Suplicy, deputado Donato, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, venho à tribuna mais uma vez. Já fiz isso inúmeras vezes, mas a situação da rede estadual é tão grave, são tantos os ataques, tentativa do governo de retirar o livro didático, as APDs que não foram ainda flexibilizadas.

Até agora o secretário da Educação não encaminhou o projeto prometido à Assembleia Legislativa para que houvesse a alteração e a flexibilização das APDs, de tal forma que os professores possam fazer as APDs em local de livre escolha. O mesmo acontece com a volta da falta aula, enfim, o projeto não chegou ainda.

Os slides, a Portaria Vigiar e Punir, que obriga o diretor da escola vigiar o professor dentro da sala de aula. São vários ataques que nós estamos exaustivamente denunciando, praticamente diariamente, aqui na tribuna e acionando o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Contas, as comissões pertinentes aqui da Assembleia Legislativa, usando, logicamente, a tribuna como espaço de denúncia. Mas não para, Sr. Presidente, esse secretário da Educação não para de atacar a rede estadual, os alunos e os profissionais da Educação.

E volto aqui a um tema que eu já denunciei exaustivamente, Sr. Presidente, mas algo tem que ser feito, porque eu me refiro aqui à questão da educação inclusiva do estado de São Paulo. Eu me refiro aqui ao atendimento constitucional, obrigatório, de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência.

É uma garantia da LDB, da Constituição Federal, da Constituição Estadual, do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação, só que no Estado não há esse tipo de atendimento. Quando ele existe é por via judicial, é porque a família entrou na Justiça ou via Defensoria Pública, via MP ou individualmente. E, através de uma ação judicial que o governo garante o professor com qualificação para atender esse aluno da rede estadual.

Isso é um absurdo. Mesmo assim o Governo editou recentemente um decreto e uma resolução - dois documentos legais,

Sr. Presidente - apontando para a privatização do atendimento com pessoas não qualificadas, sem formação, que não são da área do Magistério, que não são profissionais da Educação com formação em educação especial nessa área. Um absurdo o que o Estado está fazendo, uma resolução e um decreto apontando para a terceirização, Sr. Presidente.

E parece-me que os professores que estão atuando hoje, os poucos professores que estão atuando nessa área, repito, através de ação judicial das famílias. E aqui quero destacar um papel muito importante da Defensoria Pública do Estado, que tem ajudado bastante nessa área. Então, se nada for feito esses professores não estarão mais na rede estadual agora, no final do ano, e serão substituídos por pessoas sem qualificação, por organizações sociais de caráter privado.

Olha só a situação da maior rede de ensino, Sr. Presidente. Eu já apresentei aqui um PDL, peço apoio dos deputados e deputadas que têm algum tipo de compromisso com o atendimento, com a inclusão, com a educação inclusiva ao PDL nº 31, de 2023, para resolver essa situação.

Fomos ao Ministério Público Estadual também. E, além disso Sr. Presidente, quero destacar aqui que o Governo não respeita uma lei importante que nós aprovamos aqui na Assembleia Legislativa em 2.015, a Lei 15.830. É um projeto de lei de minha autoria - eu aprovei aqui com muita luta e virou lei, logicamente - que é a Lei 15.830 que ajuda um pouco nessa questão da educação inclusiva, mas que o Estado não tem respeitado no geral.

Em algumas regiões, quando há mobilização da comunidade, dos pais de alunos que acionam o MP, a Defensoria Pública, há o respeito. Mas, em geral, não há o respeito da lei estadual que está no ordenamento jurídico do estado de São Paulo, a Lei 15.830, que diminui o número de alunos por sala em salas, com matrículas de alunos com deficiência.

O que diz a lei, Sr. Presidente, para concluir? Se numa sala tem um aluno com algum tipo de deficiência, um aluno autista essa sala, só pode ter 20 alunos para que o professor possa dar um atendimento personalizado, individualizado para esse aluno e para os outros também. Todos ganham, na verdade, com a diminuição do número de alunos, sobretudo quando há matrícula de aluno com deficiência. É uma lei muito importante que nós aprovamos com muito sacrifício, através de uma ampla mobilização aqui no estado de São Paulo, uma legislação que nós construímos coletivamente, com vários coletivos desse movimento.

E, no entanto, o Estado não respeita. É a Lei15.830, que autoriza o Estado a diminuir. O Estado tem todas as condições agora legais, Sr. Presidente, embora seja autorizativo, ele está autorizado a diminuir o número de alunos em salas com alunos com deficiência.

É uma lei muito importante, inclusive, que está sendo replicada em vários municípios, em outros estados. E nós exigimos a aplicação da lei, para que nós possamos ter, no estado de São Paulo, uma educação inclusiva e com professores, Sr. Presidente, da rede estadual, com profissionais da educação e não com profissionais de ONGs, de organizações sociais de caráter privado, sem nenhum tipo de formação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Obrigado, deputado Carlos Giannazi.

Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo a deputada Paula da Bancada Feminista, tem V. Exa., cinco minutos regimentais.

Enquanto se desloca, eu faço a convocação, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação; Segurança Pública e Assuntos Penitenciários; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje às 16 horas, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 431, de 2023, de autoria do deputado Dirceu Dalben.

Nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco a reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje às 16 horas, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 512, de 2023, de autoria do deputado Alex Madureira.

Nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das comissões de Educação e Cultura; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje às 16 horas, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 652, de 2021, de autoria dos deputados Gilmaci Santos e Heni Ozi Cukier.

Nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco comissões de Saúde; Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje às 16 horas, no Salão Nobre da Presidência, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 1.015, de 2023, de autoria da deputada Dani Alonso.

Tem a palavra, a deputada Paula para uso da tribuna.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sr. Presidente, boa tarde.

Boa tarde aos meus colegas deputados, aos trabalhadores desta Casa, às pessoas que nos acompanham pela galeria e também pela TV Alesp.

Sr. Presidente, eu venho hoje fazer coro, me somar à iniciativa, à reivindicação de uma série de organizações da sociedade civil, que pedem ao presidente Lula uma nomeação imediata de uma ministra negra ao STF.

Isso porque até o final deste mês, provavelmente, necessariamente até o dia cinco de outubro, do próximo mês, ainda deste ano, a ministra Rosa Weber vai se aposentar. Uma das ministras do STF, segunda, terceira na história, mas atualmente é uma das únicas duas mulheres que existem com ministras do STF, a ministra Rosa Weber vai se aposentar.

E existe uma grande reivindicação de organizações da sociedade civil, para que o presidente Lula nomeie uma ministra negra no lugar da ministra Rosa Weber, e por que isso?

Porque em 132 anos de existência do STF, infelizmente, nunca houve uma ministra negra ocupando esse cargo. Mais do que isso, em 132 anos de existência do STF, 171 ministros que passaram pelo STF. Nós só tivemos, até agora, três mulheres ministras e três homens negros ministros. Como eu disse, nenhuma mulher negra nunca foi nomeada.

Então, hoje eu participei de um ato que aconteceu - partiu da sede da OAB de São Paulo e caminhou até a Faculdade de Direito, do Largo São Francisco, que fica também no Centro de São Paulo - e contou com a participação e organização de mais de 20 entidades.

Dentre elas, além da própria OAB, a Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia; o Sindicato dos Advogados de São Paulo; a Rede Feminista de Juristas, a Defemde; a Associação Nacional da Advocacia Negra, entre tantas outras que se somaram para dizer que existem diversas juristas negras qualificadas para ocupar esse cargo.

E essa não é uma reivindicação vazia, não é uma reivindicação que nós fazemos por mera representatividade, o que, por si só, seria importante.

Sempre que eu subo nesta tribuna e tenho a oportunidade, eu reitero que até a nossa entrada, até esta legislatura, até a minha entrada com a bancada feminina, a da deputada Thainara, a da deputada Ediane Maria agora nesta legislatura, na história da Alesp, só quatro deputadas negras tinham passado por aqui.

Agora, simultaneamente, nós somos cinco mandatos com mulheres negras aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Isso ainda é pouquíssimo perto da nossa representação na sociedade. Mas o que dizer de um tribunal que, em 132 anos de história, nunca teve uma ministra negra?

E, quando eu falo que não é uma representatividade vazia, não é porque o Supremo Tribunal Federal é responsável, além de ser a Corte máxima do nosso País, é responsável por julgar cotidianamente uma série de pautas que dizem respeito à nossa vida.

O Supremo Tribunal Federal é responsável, por exemplo, por julgar inúmeros recursos da Defensoria Pública de diversos estados, não só do estado de São Paulo, que versam sobre pessoas negras presas, por exemplo, pessoas negras com pequenas quantidades de droga.

Foi o Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade das cotas raciais e é por isso que hoje nós temos uma política de cotas raciais implementada em todo o País.

Foi também o Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade do casamento homoafetivo e é esse mesmo STF que vai julgar agora, que está julgando a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal e que colocou em pauta, para a próxima sexta-feira, nas mãos da ministra Rosa Weber, que é a relatora do projeto, que, inclusive, como eu disse, vai se aposentar, a possibilidade de descriminalização do aborto no Brasil.

Então, vejamos só, é fundamental que essa vaga seja ocupada por alguém que tenha preocupação efetiva com a defesa dos direitos humanos. E essa pessoa não poderia ser ninguém mais, ninguém menos, neste momento histórico em que cada vez mais mulheres negras estão ocupando cargos na política, cargos em empresas, cargos em movimentos sociais, enfim, cada vez mais mulheres negras estão ocupando espaços, a nossa reivindicação é que Lula nomeie uma ministra negra para o STF.

Então, neste momento, esta é uma chance histórica, que está nas mãos do nosso presidente Lula. Eu tenho certeza que a gente vai conseguir dar mais um passo no combate ao racismo no Brasil nomeando uma ministra negra para STF.

Então, presidente Lula, queremos uma ministra negra no STF e contamos com senhor.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Dando sequência à relação dos oradores inscritos no Pequeno Expediente, chamo o deputado Alex Madureira. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Fabiana Barroso. Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para uso da tribuna.

A SRA. FABIANA BARROSO - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos. Serei breve nos meus cinco minutos, como a lei manda aqui dentro. Gostaria de falar primeiro às Exmas.

Deputadas e aos Exmos. Deputados. Hoje, neste plenário, quero começar a cumprimentar a todos vocês que se dedicam diariamente a debater e a legislar em prol do bem-estar de nossa comunidade. É uma honra estar aqui e poder contar com a atenção dos telespectadores que nos acompanham pela TV Alesp.

Gostaria de iniciar este discurso expressando o meu mais sincero agradecimento pela oportunidade de apresentar a Moção nº 179, de 2023, que reconhece e aplaude a importante iniciativa do casal Daiana Garbin e Tiago Leifert, a campanha "De olho nos olhinhos".

Essa moção representa o reconhecimento da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo da ação exemplar que esse casal, compreendido em prol da conscientização e prevenção do retinoblastoma, um tumor ocular que afeta nossas crianças.

O retinoblastoma é uma doença cruel, silenciosa, que muitas vezes passa despercebida até estar em estágio avançado. A campanha "De olho nos olhinhos" não apenas trouxe à tona a importância do diagnóstico precoce, mas também disseminou informações essenciais sobre a saúde ocular infantil.

A filha de Daiana e Leifert, Lua, enfrentou essa batalha, e sua história serve como alerta para todos nós.

Tenho mais coisas a dizer, mas eu preciso parar o meu discurso para falar duas coisas. Primeiramente, quero agradecer a presença da minha equipe de gabinete, que está ali sentada, observando. O pessoal passando aqui na TV, muito obrigada por tudo.

É uma parte do gabinete, uma parte da equipe, que faz o trabalho acontecer dentro do estado de São Paulo. Para mim, é de extrema importância a vida de vocês, o trabalho e a dedicação, muito obrigada. Nenhum trabalho de um deputado é nada se não tem vocês com a gente, tanto vocês quanto os policiais, quanto todos aqui da Alesp. Muito obrigada.

E eu também preciso dizer, com todo o respeito. Gosto muito, inclusive, da deputada Paula da Bancada Feminista, me simpatizo muito com ela, não é nada pessoal com ela, somos lutas diferentes. Eu não posso admitir que a gente pense que abortar uma criança é um direito da mulher. Não é, isso não é não. Isso não é, isso nunca será.

Isso é uma luta, eu vim aqui para a Assembleia Legislativa para lutar para o nosso estado e vou para a lua se precisar, mas essa eu vou defender. Criança não é objeto para a gente sair matando, a gente não mata um recém-nascido, da mesma forma que a gente não mata um feto. Uma criança existe a partir do momento de sua concepção.

Não quer ter filho? Não quer ter filho? Tome remédio, tenha consciência. É isso o que a gente tem que falar. Vamos implementar a consciência. A gente não pode conscientizar, a gente está proibido de conscientizar, mas a gente pode fazer mil besteiras, informar para as crianças.

Então, se é para fazer um projeto e um trabalho sobre aborto ou gravidez precoce, vamos fazer o que a ministra - inclusive, muito querida - Damares fazia, que era a conscientização.

Conscientização para não engravidar, conscientização para não ter filho se não quer, porque a hora que tiver filho, tenha o filho e leve para a adoção, mas não mate o seu bebê. Ele não é culpado pelos seus problemas, ele não tem culpa de quem você é, se você passou pelo que passou. Eu sinto muito se você passou pelo que você passou, mas ele não é culpado.

Entenda isso: o seu bebê nunca vai ser o culpado das suas atitudes erradas. Então, você seja mulher e seja homem. Eu sei o que uma mulher passa, eu sei porque eu sou mulher. Obviamente, nunca passei por tudo na vida, graças ao meu bom Deus, mas você que passou, eu tenho que te dizer. Precisa de apoio? Estamos aqui para te apoiar, mas eu nunca vou apoiar você a matar o seu bebê.

Você não quer o seu bebê? Você pegue ele e leve para a adoção, que a gente te ajuda nesse caminho. Tem muita gente querendo ser pai e mãe e não tem como criar porque não consegue ter filho.

É isso o que eu quero dizer, muito obrigada a todos por estarem aqui.

Temos que ser firmes no que nós acreditamos.

Um grande abraço e boa tarde a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Parabéns, deputada Fabiana Barroso, tem o nosso apoio nessa batalha. Dando sequência aos oradores inscritos no Pequeno Expediente, deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. Tem V. Exa. cinco minutos regimentais para o uso da tribuna.